Bolsas — Na quarta-feira: 0,70% São Paulo; 1,26% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 111.850 / 112.228 (13/1, 16/1, 17/1, 18/1)

Dólar — Na quarta-feira: R$ 5,163 (+ 1,12%)

Últimos	
12/janeiro	5,100
13/janeiro	5,106
16/janeiro	5,149
17/janeiro	5,100

Salário mínimo — R$ 1.302

Euro — Comercial, venda na quarta-feira: R$ 5,572

CDI — Ao ano: 13,65%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 13,66%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62

CONJUNTURA

Decisão sobre o novo mínimo sai até maio

Lula determina aos ministérios que apresentem, em 45 dias, propostas para a revisão do valor atual, de R$ 1.302, para R$ 1.320. Mas esse prazo pode ser prorrogado pelo mesmo período para que se obtenha um resultado bem embasado

» RAFAELA GONÇALVES

Fotos: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula com dirigentes de centrais sindicais, que voltaram ao Palácio do Planalto mais de quatro anos depois: reforma tributária permitirá rever tabela do IR

O governo prorrogou o prazo de avaliação para o reajuste do salário mínimo de R$ 1.302 para R$ 1.320. Em reunião com centrais sindicais, ontem, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um despacho para que os ministérios apresentem, em 45 dias, uma proposta de revisão do valor. Esse prazo, porém, é prorrogável uma única vez, por igual período, terminando em maio, a fim de que se tenha um cálculo bem embasado.

"Estamos instituindo um grupo de trabalho que discutirá a política de valorização do salário mínimo, igualmente como aconteceu em 2005. Esse trabalho é que vai definir se vamos manter o valor atual, de R$ 1.302,00 até o final do ano, ou revisá-lo até maio. Esta é a principal definição", destacou o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que participou da solenidade.

O reajuste do piso salarial foi uma das promessas de campanha de Lula para serem implementadas ainda neste ano. No entanto, o valor foi colocado em xeque devido a um aumento significativo no número de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no final do ano passado. Os R$ 6,8 bilhões em recursos adicionais, reservados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023 para bancar esse aumento, não são suficientes para garantir os R$ 1.320.

O adicional pode representar um custo extra de R$ 7,7 bilhões no Orçamento, que o governo ainda avalia como fazer para bancar. Na véspera, durante sessão no Fórum Mundial Econômico, em Davos (Suíça), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, indicou que a viabilidade de um valor acima do que já está em vigor dependerá do cálculo do número de beneficiários do INSS — afinal, uma parcela grande dos pagamentos previdenciários são indexados ao mínimo.

A política de valorização do salário mínimo, que o governo deseja implantar, prevê uma recomposição inflacionária somada a um ganho real proporcional ao crescimento do Produto Interno Bruno (PIB). Em discurso durante a cerimônia, Lula disse que reajustar o piso "é a melhor forma de fazer distribuição de renda neste país". O presidente salientou que não adianta o PIB crescer se a riqueza produzida no Brasil não for distribuída.

"Nós provamos que é possível a gente aumentar o mínimo acima da inflação, e o mínimo é a melhor forma de a gente fazer distribuição de renda. Não adianta o PIB crescer se ele não for distribuído. Neste país, o PIB já cresceu 14% ao ano e o trabalhador ficou mais pobre, porque se cresce e fica só com o dono da empresa, quem o fez crescer, que é o trabalhador brasileiro, não ganha nada. Então, o salário mínimo tem que subir de acordo com o crescimento da economia", defendeu.

Dez centrais sindicais, com cerca de 500 representantes, estiveram presentes ao encontro com o presidente. Essa foi a primeira reunião oficial do conjunto das organizações que representam os trabalhadores com Lula e Marinho, inaugurando uma agenda de encontros — ainda em fase de elaboração — com autoridades do governo e parlamentares.

Entre outros benefícios para os assalariados, as instituições defendem, também, a regulamentação do serviço por aplicativos e o fortalecimento da negociação coletiva, que, segundo o governo, devem ser debatidos dentro do prazo estipulado.

> **Estamos instituindo um grupo de trabalho que discutirá a política de valorização do salário mínimo, igualmente como aconteceu em 2005. Esse trabalho é que vai definir se vamos manter o valor atual, de R$ 1.302,00 até o final do ano, ou revisá-lo até maio"**
>
> ***Luiz Marinho,*** *ministro do Trabalho e Emprego*

> **Provamos que é possível a gente aumentar o mínimo acima da inflação, e o mínimo é a melhor forma de a gente fazer distribuição de renda. Não adianta o PIB crescer se ele não for distribuído. Neste país, o PIB já cresceu 14% ao ano e o trabalhador ficou mais pobre"**
>
> ***Presidente Luiz Inácio Lula da Silva***

Reforma e IR

O presidente endossou a fala de Haddad, em Davos, de que o governo quer aprovar no Congresso uma reforma tributária ainda este ano. Durante participação no Fórum Econômico Mundial, o ministro da Fazenda reforçou que o governo pretende que tais mudanças sejam feitas de forma fatiada. No primeiro semestre, a proposta envolveria impostos que incidem sobre o consumo. Na segunda metade do ano, a gestão quer que o Congresso avalie a correção da tabela do Imposto de Renda.

Haddad afirmou que o debate sobre a necessidade de mudanças nas regras dos impostos está maduro. "Queremos aprovar a reforma. Ela é essencial para buscar a justiça tributária e para reindustrializar o país, porque é a indústria que paga, hoje, quase um terço dos tributos no Brasil, e responde por 10% da produção. Então, existe um desequilíbrio muito grande em relação à indústria", disse.

Durante o encontro com os líderes sindicais, Lula afirmou que essa mudança começará a ser construída. "Para isso, é preciso de muita discussão", afirmou.

O presidente disse, ainda, que o reajuste na tabela no IR deve aumentar a faixa de isenção para aqueles que recebem até R$ 5 mil — outra promessa de campanha pela qual vem sendo cobrado. "O pobre que ganha R$ 3 mil paga, proporcionalmente, mais do que quem ganha R$ 100 mil", disse o petista. Para o presidente, é preciso mudar a lógica — "diminuir imposto para o pobre e aumentar para o rico". "Vamos colocar o pobre no orçamento e o rico no Imposto de Renda", anunciou.

Lula ponderou, contudo, que o reajuste da tabela não será imediato, apontando como passo necessário para que se chegue a ele a negociação com os mais diversos setores da sociedade, além da aprovação da reforma tributária. "Vou brigar para fazer a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil por mês. Mas isso não é da noite para o dia. Para isso, precisamos de uma reforma tributária", alertou.

Proteção ao trabalhador de aplicativo

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, anunciou, ontem, no encontro com sindicalistas, a criação de um grupo de trabalho para regulamentar profissionais que atuam por aplicativos. Ele criticou as jornadas diárias abusivas e reforçou a proposta de dar proteção social a essas pessoas.

"Acompanhamos a angústia dos trabalhadores de aplicativos, que muitas vezes têm que trabalhar 14 horas, 16 horas por dia para poder levar pão e leite para casa. Isso, no meu conceito de trabalho, beira o trabalho escravo", criticou.

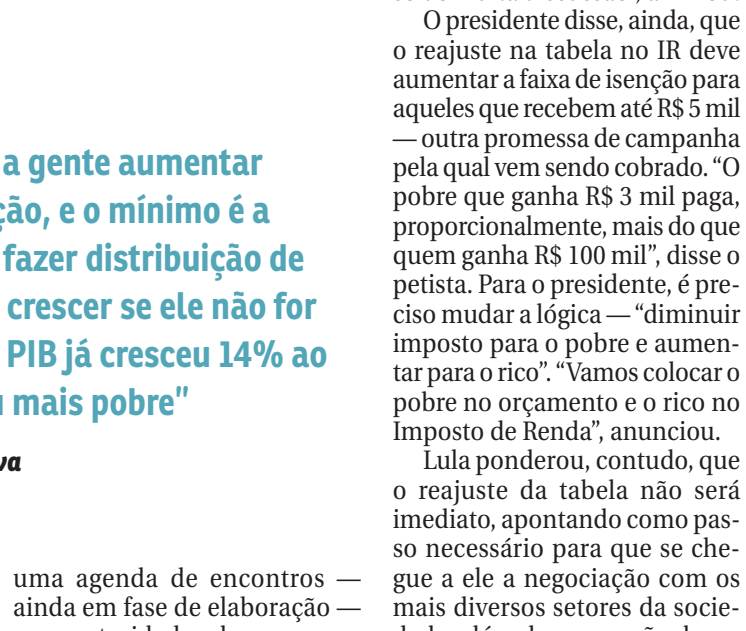
Sem ruídos

Marinho citou acidentes de entregadores em motocicletas e bicicletas para demonstrar a importância da regulamentação. "Quem o protege de perigo quando ele perde a capacidade de trabalho?", questionou.

Sobre terceirização, o ministro mais uma vez comparou a trabalho "semiescravo". "Quando os trabalhadores falam da terceirização, do processo de desmonte das garantias sindicais, é exatamente disso que estão falando. Estão tornando o trabalho praticamente semiescravo, da forma regulada pela atual legislação, que vamos visitar uma por uma para rediscutir. Contudo, temos que ter consciência do tamanho das demandas e das complexidades que estamos falando", explicou.

Para evitar ruídos com o empresariado, Marinho afirmou que as empresas de serviços por aplicativo não precisam se preocupar. "Não se assustem, aqui não há nada demais. Só queremos valorizar o trabalho e garantir as condições de assistência social", assegurou.

Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as medidas de proteção devem se estender, também, aos microempreendedores individuais. "Vamos criar comissão de negociação com governo, sindicatos e empresários, para acabar com essa história de que trabalhador por aplicativo é microempreendedor. Ele descobre que não é quando se machuca, quando fica doente. Não tem nenhum sistema de seguridade social que lhe garanta em um momento de sofrimento. Em vez de fazermos (as alterações) por MP (medida provisória), vamos construir propostas juntos", afirmou. **(RG)**



Para Marinho, profissional de aplicativo se sujeita à "semiescravidão"